

SNI terá de revelar segredos

JORNAL DO BRASIL

Brasília — Moreira Mariz

Ex-exilado espera
nova Carta para
pedir habeas-data

16 AGO 1988

José Guilherme Araújo

BRASÍLIA — O sociólogo Maerle Ferreira Lima, ao retornar de dez anos de exílio, em 1979, tentou driblar a vigilância do Serviço Nacional de Informações, empregando-se no Ministério da Agricultura, como funcionário requisitado da Esal, Escola de Agronomia de Lavras, Minas Gerais. O truque foi descoberto em dez minutos — mal acabara de assumir seu posto, foi demitido por ordem da Divisão de Segurança e Informação do ministério, com base em sua ficha no SNI. Maerle aguarda com ansiedade que a nova Constituição, para ser o primeiro brasileiro a usar o recurso do habeas-data para conhecer sua ficha no SNI.

Habeas-data é uma contribuição do advogado José Afonso Silva, assessor jurídico do Senado Federal, ao direito constitucional — o cidadão terá o direito de saber que informações sobre sua vida o Estado mantém nos bancos de dados oficiais. Confirmado pela Constituinte na votação de terça-feira passada, que definiu o capítulo dos Direitos e Garantias Individuais, arma a sociedade para se defender contra a tirania das fichas que o SNI acumulou em duas décadas de regime militar.

Crivo de Médici — O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) teve uma experiência “desgastante e aborrecedora” com os órgãos de informação. Ministro do Trabalho no governo Costa e Silva, ele foi remanejado para o da Educação, quando o general Garrastazu Médici assumiu a Presidência da República, em 1969. O SNI tentou impedi-lo de manter na equipe alguns assessores cujas fichas classificava de “perigosas”.

Passarinho foi ao Planalto queixar-se: “Presidente, por que essas pessoas eram boas quando foram para o Ministério do Trabalho e hoje não servem para o Ministério da Educação? Elas, então, não haviam passado pelo seu próprio crivo?”. Médici, chefe do SNI no tempo de Costa e Silva, teve que aceitar o argumento.

Maerle Ferreira Lima, que voltava em 1979 anistiado e trazendo títulos de doutorado e mestrado em sociologia, não teve a mesma sorte. “Vivi um verdadeiro inferno, durante quatro anos”, lembra-se. Foram frustradas suas tentativas de se empregar no Geipot (Grupo Executivo Interministerial da Política de Transportes), já extinto, e na Telebrasil, companhia telefônica do Distrito Federal.

“Sem contar os atentados que sofri”, acrescenta Maerle, agora funcionário efetivo do Senado. Através de um amigo dos tempos de militância política de antes de 1964, o coronel Melo Bastos, também cassado por suas atividades no Sindicato dos Aeronáuticos, Maerle conseguiu saber que os vetos levantados contra ele se deviam aos seus contatos com líderes das guerrilhas em Angola e Moçambique — hoje no poder e recebidos no



Ferreira : demitido em 10 minutos

Brasil como hóspedes oficiais — quando esteve exilado na Argélia.

Até aqui, o único meio de se ter acesso às informações contidas nas fichas do SNI é a amizade com um militar ou a intercessão de alguém do governo. O próprio mentor do habeas-data, José Afonso Silva, há 15 anos recorreu a um amigo no Executivo para saber que não havia qualquer informação a seu respeito no banco de dados do SNI.

Só cassado — Cassado em maio de 1964, o hoje ministro da Cultura, José Aparecido de Oliveira, teve oferta de um coronel amigo para saber o que, afinal, havia causado sua cassação. O resultado não foi tão interessante quanto engraçado. A ficha dizia apenas: “José Aparecido de Oliveira. Cassado”.

As fichas do SNI foram usadas, ainda na gestão de Jarbas Passarinho no Ministério da Educação, para impor barreiras às nomeações do escritor Josué Montello, hoje embaixador na Unesco, para a Reitoria da Universidade Federal do Maranhão; e do professor Afrânio Coutinho para a direção da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

“O Montello tinha ligações com o Juscelino Kubitschek e com o Afrânio também havia problemas. Acabei por conseguir o sinal verde do presidente Médici, porque não concordava com aquelas fichas que um dia davam a pessoa como boa e um ano depois como má. Nomeei ambos *pro tempore*, por três anos, a única alternativa à impossibilidade da nomeação efetiva”, conta Passarinho.

Ato ecumênico na ABI condena ação dos evangélicos

Representantes de sete igrejas evangélicas e da igreja católica estiveram reunidos ontem na Associação Brasileira de Imprensa para manifestar seu repúdio à ação dos constituintes evangélicos, que vêm sendo acusados de receber favores em troca de seu apoio a projetos de grupos e do próprio governo federal. O pastor luterano Mozart Noronha pediu a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as responsabilidades da chamada bancada evangélica, que contava de início com 33 deputados protestantes.

O bispo de Caxias, dom Mauro Morelli, representando a Diaconia Ecumênica Fluminense, e os 50 pastores presentes não reconhecem a existência da Confederação Evangélica Brasileira, liderada pelo deputado Gidel Dantas (PDC-CE) e transformada, segundo denúncias, em instrumento para canalizar recursos oficiais. “A nós, eles envergonham. Seu comportamento ético e político ofende a quem entende o Evangelho como força de transformação na terra. A maioria destes evangélicos esteve muito presente no *Centrão*, grupo que se notabilizou por defender as oligarquias e o poder político”, disse dom Mauro.

A reunião no auditório da ABI foi tumultuada pela presença dos deputados e pastores João de Deus Antunes (PTB-RS) e Salatiel Carvalho (PFL-PE) que, sem terem sido convidados, interrompiam as preleções para protestar. Dom Mauro, eleitor de Benedita da Silva (PT-RJ), também evangélica, fez a distinção entre os constituintes: “Muitos se dizem evangélicos e não o são. Quando muito, podem ser religiosos. Ser evangélico é ser comprometido com o mais fraco e não contribuir para reforçar uma ordem social injusta, um progresso desumano e desagregador.”

O bispo metodista dom Paulo Lockman presidiu o encontro, que contou ainda com dom Paulo Aires, presidente do Centro Ecumênico de Documentação e Informação, e do pastor Zuínglio Dias, do Conselho Mundial de Igrejas, além de representantes das igrejas Episcopal de Comunhão Anglicana; Evangélica de Confissão Luterana; Presbiteriana Unida; Batista; Assembléia de Deus e Congregacional.

Jobim rebate objeções da OIT a greve

BRASÍLIA — As críticas dos dirigentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) à adoção pela Constituinte do direito irrestrito de greve no Brasil, que, segundo eles, não existe em qualquer país do mundo, não preocupam o líder do PMDB, deputado Nelson Jobim (RS). “O novo é alarmante. Se eles acham que vamos ser os primeiros, não há problema. Sempre tem que haver os primeiros.”

Os parlamentares progressistas estão confiantes e não acreditam em modificações no texto aprovado no primeiro turno. Para Roberto Freire (PE), líder do PCB, o espanto da OIT não tem o menor sentido: “A Constituição afirmará o princípio. Posteriormente, existirão regras que o delinearão melhor, a exemplo do que ocorre na Itália”. Luís Inácio Lula da Silva (PT/SP) também citou a Itália como exemplo, e considera sem fundamento a preocupação da OIT.

Conservadores — A ala conservadora da Constituinte concorda com os dirigentes da OIT. Para Jarbas Passarinho (PDS/PA), o fato de a entidade se mostrar surpresa diante da adoção do direito de greve irrestrito no Brasil é muito ilustrativo. Prova, segundo ele, que o que está se pretendendo introduzir no texto constitucional é avançado demais até em países mais desenvolvidos.

O líder do PFL, José Lourenço (BA), prestou grande atenção nas observações dos dirigentes da OIT. “A greve nos serviços essenciais pode cansar a sociedade, e ela se encarregará de acabar com isso. Eu quero ver aonde nós vamos parar. A esquerda não está preocupada com o futuro.”

Até o fim da tarde de ontem, os líderes partidários não tinham chegado a acordo sobre o direito de greve. Os conservadores querem limitá-lo à defesa do interesse particular de determinada categoria profissional. O objetivo principal é evitar as greves de solidariedade e as de cunho político.